



COMISSÃO PARLAMENTAR DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

DEFESA DE TRABALHO COM DIREITOS E OCUPAÇÃO EFECTIVA DOS TRABALHADORES DA PT/MEO FORAM AS NOSSAS MAIORES PREOCUPAÇÕES

Realizou-se no passado dia 12 pelas 10 horas na Assembleia da República a Audição das ERCT da PT no seguimento dum pedido nosso e de um requerimento do GP do PCP.

A Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social foi presidida pelo Dr. Feliciano Barreira Duarte. Estiveram presentes os Deputados, Bruno Dias e Rita Rato do PCP, Clara Marques Mendes do PSD, Vanda Guimarães do PS, José Soeiro do BE e Carlos Monteiro do CDS.

Pelas ERCT estiveram presentes a Comissão de Trabalhadores da MEO, o SINTTAV, o STPT, o SINDETELCO, o SNTCT, o TENSIO, a FE e o STT (o SINGUADROS delegou a sua representação no SINTTAV).

As ERCT fizeram o enquadramento da situação laboral existente, em defesa dos postos de trabalho e do trabalho com direitos, lembrando o clima laboral muito tenso que se vive no dia-a-dia na empresa. Falou-se da situação dos trabalhadores sem funções. Não foi esquecida a importância da PT/MEO no tecido empresarial e na economia nacional, na inovação e na exigência dos clientes de uma grande qualidade de serviço.

Foi questionada, pelas ERCT, a atitude passiva e displicente da **ACT** (Autoridade para as Condições de Trabalho) face às inúmeras denúncias de inatividade forçada de muitos trabalhadores (cerca de 250) e pelo facto de esta apenas atuar de forma pedagógica perante a PT/MEO e não como entidade que zele pelas condições dignas de trabalho, exigindo o cumprimento integral da legislação laboral em relação ao respeito pelos direitos dos trabalhadores.

O PSD questionou-nos sobre as queixas de violação do ACT e matérias salariais. Tivemos oportunidade de expor que foram retirados aos trabalhadores valores salariais (subsídios, abonos, IHT, etc) que eram pagos de forma contínua e sistemática, em muitos casos, há vários anos, faziam parte do quadro retributivo e eram declaradas em sede de IRS. No nosso entender, estas matérias não poderiam ser retiradas unilateralmente pela Gestão.

Foi falado dos casos de trabalhadores que são colocados em áreas da empresa completamente desenquadradas das suas competências, funções e formação. Exemplos: ex-secretárias da Administração em receções/portarias, licenciados a atenderem telefones na Direção de Apoio a Clientes, etc,...

Alertámos ainda os Deputados para as situações em que a empresa assume que não necessita dos trabalhadores, a seguir convida-os para rescisões de mútuo acordo (RMA) e quando os trabalhadores não as aceitam são colocados “de castigo”, em muitos casos sem qualquer função atribuída na já conhecida Unidade de Suporte (USP).

O STPT entregou o estudo feito sobre Riscos Psicossociais na PT e SINDETELCO entregou uma cópia Moção em defesa de trabalho efetivo e com direitos na PT apresentada e aprovada no Congresso da UGT do passado mês de Março.

Salientámos por fim que, desde a OPA da SONAE, e posteriormente com o fim da Golden Share os trabalhadores têm vivido vários “desastres” dentro da PT em Portugal, dos quais não podem ser culpados e que apesar de, neste momento, estarmos perante uma luta do “anão contra o gigante”, tudo faremos, utilizando todos os meios disponíveis, para que os trabalhadores não saiam prejudicados com as constantes mudanças na PT em Portugal.

De todos os partidos presentes recebemos a compreensão das nossas preocupações bem como o empenho em utilizarem os meios ao seu alcance para colaborarem com a CT e os Sindicatos na defesa dos trabalhadores da PT/MEO.

Fomos informados que os Responsáveis da ACT e da Administração da PT/MEO vão ser convidados a virem à Comissão Parlamentar do Trabalho e da Segurança Social para se pronunciarem sobre o ambiente laboral na empresa.

Pela nossa parte, vamos continuar a exigir trabalho com direitos e ocupação efetiva de todos os trabalhadores da PT/MEO.

Lisboa, 24 de Abril de 2017

As ERCT Subscritoras: